PROJETO DE LEI ORDINÁRIA - EXECUTIVO 35/2026

"Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no Orçamento Programa de 2026 do Município de Jardim/MS, destinado ao custeio da folha de pagamento dos profissionais que integram as equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, e dá outras providências".

JULIANO DA CUNHA MIRANDA, Prefeito Municipal de Jardim**,** Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 41, inciso II, e do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir crédito adicional especial ao Orçamento-Programa do Município de Jardim para o exercício de 2026, no valor de **R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)**, destinado à inclusão de dotações para despesas com pessoal e encargos sociais dos profissionais que integram as equipes de referência do SUAS, conforme a programação constante do Anexo Único desta Lei.

Parágrafo único. O crédito de que trata o caput será aberto no âmbito da Prefeitura Municipal, preservadas a classificação na Função 08 - Assistência Social, a ação orçamentária correspondente ao serviço socioassistencial e a fonte de recursos 1.660.0000 e 2.660-0000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial decorrerão da anulação parcial das dotações do Fundo Municipal de Assistência Social, discriminadas no Anexo Único, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 3º - A utilização dos recursos federais para pagamento de pessoal observará o art. 6º-E da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e os arts. 18, § 2º, 20, inciso IV, e 22 da Portaria MDS nº 1.043, de 24 de dezembro de 2024, ficando restrita aos profissionais que efetivamente integrem as equipes de referência dos serviços, programas ou projetos socioassistenciais financiados.

Art. 4º - A transferência financeira para outra unidade administrativa do Município será admitida exclusivamente para o processamento da folha de pagamento e dos respectivos tributos e encargos, devendo ser preservados o nexo de causalidade, a vinculação dos recursos, a identificação nominal dos profissionais e a integral rastreabilidade contábil e bancária da operação.

Art. 5º - O Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA passam a incorporar as alterações decorrentes desta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO DA CUNHA MIRANDA
Prefeito do Município de Jardim/MS

JARDIM/MS, 17 de Setembro de 2026

Ver. Tereza Moreira - presidente
Presidente(a)

PARECER JURÍDICO

I. RELATÓRIO

Submete-se à apreciação e exame desta Assessoria Jurídica o **Projeto de Lei nº 035/2026**, encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, com **pedido expresso de tramitação em Regime de Urgência**, que tem por escopo autorizar a abertura de **Crédito Adicional Especial** no Orçamento-Programa do exercício financeiro de 2026, no montante de **R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)**.

Conforme a justificativa e o texto normativo apresentados:

1. O **Art. 1º e seu Parágrafo Único** autorizam o Poder Executivo a abrir o crédito especial com amparo no art. 41, inciso II, e no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, no valor de R$ 85.000,00, destinado à inclusão de dotações orçamentárias específicas para despesas com pessoal e encargos sociais dos profissionais que integram as equipes de referência do SUAS, na Função 08 (Assistência Social), vinculado às fontes de recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS);
2. O **Art. 2º** estabelece que os recursos necessários à abertura do crédito especial decorrerão da anulação parcial de dotações do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), devidamente discriminadas no Anexo Único da proposição;
3. O **Art. 3º e o Art. 4º** condicionam e restringem a utilização dos recursos ao pagamento de pessoal dos profissionais que efetivamente integrem as equipes de referência dos serviços socioassistenciais, em estrita consonância com o art. 6º-E da Lei Federal nº 8.742/1993 (LOAS) e com a Portaria MDS nº 1.043/2024, resguardando o nexo de causalidade, a identificação nominal dos beneficiários e a plena rastreabilidade contábil e bancária;
4. O **Art. 5º e o Art. 6º** promovem a harmonização da matéria com os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA) e fixam a vigência da lei a partir da sua publicação;
5. O **Anexo Único** traz a discriminação contábil-orçamentária das operações de anulação de dotação (Órgão 02.29.02 – FMAS; Ação 08.245.0034.2221 – Bloco da Proteção Social Básica; Natureza 3.3.90.00.00; Fonte

1.660.0000/2.660.0000; Valor R$ 85.000,00) e de criação do crédito especial (Órgão 02.29.01 – Gabinete do Secretário de Assistência Social e Habitação; Ação 08.122.0034.1117 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social; Natureza 3.1.90.00.00; Fonte 1.660.0000/2.660.0000; Valor R$ 85.000,00).

É o relatório do que importa registrar. Segue a fundamentação jurídica.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. Da Competência e da Iniciativa Legislativa Reservada

A deflagração do processo legislativo orçamentário submete-se ao postulado constitucional da reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, consagrado no art. 165 da Constituição Federal.

No ordenamento municipal, a **Lei Orgânica do Município de Jardim/MS** confere expressamente ao Prefeito a iniciativa privativa para propor matérias orçamentárias e aberturas de créditos adicionais:

- **Art. 56, caput e inciso IV:** Estabelece que são de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre *"matéria orçamentária e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios e subvenções"*;
- **Art. 76, incisos X e XVI:** Atribui privativamente ao Prefeito o envio dos projetos de leis orçamentárias e a autorização de despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;
- **Art. 33, inciso III:** Outorga competência à Câmara Municipal para, com a sanção do Prefeito, autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais.

Portanto, resta configurada a regularidade formal subjetiva da proposição.

2. Da Espécie Orçamentária e da Indicação de Recursos (Lei Federal nº 4.320/1964)

Nos termos do art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964, os **créditos adicionais especiais** destinam-se a cobrir despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual.

Tanto o art. 167, inciso V, da Constituição Federal quanto o **art. 132, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Jardim** vedam a abertura de crédito especial sem prévia autorização legislativa e sem a precisa indicação dos recursos correspondentes.

O presente Projeto de Lei cumpre rigorosamente essas exigências ao:

1. Submeter a autorização prévia ao crivo do Poder Legislativo Municipal;
2. Apontar no Art. 2º e detalhar no Anexo Único a fonte de custeio autorizada pelo **art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964**, consistente na **anulação parcial de dotações orçamentárias** do Fundo Municipal de Assistência Social, preservando o equilíbrio financeiro-orçamentário.

3. Da Legalidade do Custeio de Pessoal com Recursos do SUAS/FNAS

A destinação dos recursos transferidos fundo a fundo pelo FNAS para a folha de pagamento das equipes socioassistenciais possui respaldo legal expresso:

- **Art. 6º-E da Lei Federal nº 8.742/1993 (LOAS):** Autoriza expressamente que os recursos do cofinanciamento federal do SUAS destinados a ações continuadas sejam aplicados no pagamento dos profissionais que integram as equipes de referência responsáveis pela organização e oferta dos serviços;
- **Portaria MDS nº 1.043/2024:** Regulamenta as transferências e estabelece os parâmetros operacionais para a utilização das verbas em despesas com pessoal das equipes de referência;
- **Garantia de Rastreabilidade e Vinculação (Arts. 3º e 4º do PL):** A minuta resguarda a destinação exclusiva aos profissionais das equipes socioassistenciais, vedando desvios de finalidade e exigindo identificação nominal, nexo causal e escrituração individualizada, atendendo aos padrões de controle do TCE/MS e do TCU.

4. Do Pedido de Regime de Urgência e da Aptidão para Votação (Regimento Interno da Câmara)

O projeto foi encaminhado com **pedido de Regime de Urgência formulado pelo Chefe do Poder Executivo**, modalidade expressamente disciplinada no **Regimento Interno da Câmara Municipal de Jardim/MS** (Resolução nº 003/2018, com as alterações da Resolução nº 005/2024):

- **Art. 183, caput e § 1º:** Dispõe expressamente que o Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para a apreciação de projetos de sua iniciativa, devendo a proposição ter tramitação célere para ultimar a votação;
- **Art. 194, caput e § 3º:** Define a urgência como a abreviação do processo legislativo em virtude de relevante interesse público, estabelecendo o recebimento do requerimento firmado pelo Prefeito Municipal;
- **Art. 195, caput:** Determina que, uma vez deferido o processamento da urgência, a proposição será incluída na Ordem do Dia para célere **discussão e votação**;
- **Art. 139, § 4º, inciso II, e § 9º c/c Art. 140:** Asseguram às matérias sob regime de urgência posição preferencial na Ordem do Dia, admitindo-se a emissão célere de pareceres ou manifestação oral/conjunta pelas comissões permanentes competentes (CCJR e Finanças e Orçamento), viabilizando a imediata deliberação plenária.

Restando preenchidos os requisitos formais regimentais, o projeto encontra-se **plenamente apto para inclusão em pauta e deliberação pelo Plenário**.

III. CONCLUSÃO E VOTO OPINATIVO

Diante de todo o exposto, esta Assessoria Jurídica conclui que o **Projeto de Lei nº 035/2026**:

1. **Reveste-se de plena constitucionalidade, legalidade e juridicidade**, emanado no uso regular da competência privativa do Chefe do Poder Executivo (arts. 56, IV, e 76, X, da LOM de Jardim/MS);
2. **Observa com rigor as normas de Direito Financeiro e Orçamentário** (arts. 41, II, e 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320/1964; LC nº 101/2000; e art. 132, V, da LOM);
3. **Guarda estrita consonância com a legislação federal do SUAS** (art. 6º-E da Lei Federal nº 8.742/1993 e Portaria MDS nº 1.043/2024);
4. **Cumpre os requisitos regimentais de tramitação em Regime de Urgência** solicitada pelo Prefeito Municipal, com fulcro nos **arts. 183, 194 e 195 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jardim/MS**.

Pelo exposto, opina-se pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 035/2026, estando a matéria **APTA PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO** pelo soberano Plenário da Câmara Municipal de Jardim/MS.

Este é o parecer, que se submete à consideração superior.

Jardim/MS, 18 de setembro de 2026.

Eduarda Raiane da Silva
ASSESSORIA JURÍDICA

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Solicitação de parecer: 18/09/2026 11:54
Prazo: 21/09/2026
Comissão: Comissão de Finanças e Orçamento
Status do parecer: Encerrado

Observações da solicitação: Projeto em Regime de Urgência por solicitação do prefeito.

Resposta da Comissão
Data: 18/09/2026
Situação: Favorável

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 035/2026, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no Orçamento Programa de 2026 do Município de Jardim/MS, destinado ao custeio da folha de pagamento dos profissionais que integram as equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e dá outras providências".

A proposição autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), destinado a despesas com pessoal e encargos sociais dos profissionais que integram as equipes de referência do SUAS.

Conforme estabelecido no projeto, os recursos necessários para a abertura do crédito decorrerão da anulação parcial de dotações do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificado no Anexo Único.

É o relatório.

II – ANÁLISE E VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão analisar os aspectos financeiros e orçamentários da proposição.

O Projeto de Lei nº 035/2026 prevê a abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 85.000,00, com a indicação da respectiva fonte de recursos e das dotações que serão parcialmente anuladas para sua cobertura.

A medida encontra fundamento no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, que admite a anulação

parcial ou total de dotações orçamentárias como recurso para abertura de créditos adicionais.

Observa-se, ainda, que os recursos estão vinculados à Função 08 – Assistência Social e às fontes de recursos relacionadas às transferências do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, devendo sua utilização permanecer vinculada às finalidades previstas na legislação do SUAS.

A Portaria MDS nº 1.043/2024 estabelece as regras para transferência, execução e prestação de contas dos recursos do cofinanciamento federal do SUAS, incluindo disposições relativas à utilização dos recursos para profissionais que integram as equipes de referência.

Dessa forma, considerando que o projeto apresenta a origem dos recursos, o valor do crédito e sua finalidade específica, não se verifica, sob o aspecto financeiro e orçamentário, impedimento à sua tramitação.

VOTO: Diante do exposto, a Relatora manifesta-se FAVORAVELMENTE à tramitação do Projeto de Lei nº 035/2026.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, a Comissão de Finanças e Orçamento, por intermédio de sua Relatora, VOTA FAVORAVELMENTE à tramitação do Projeto de Lei nº 035/2026.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2026.

MARILSA BAMBIL
Relatora

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL?

Solicitação de parecer: 18/09/2026 11:54
Prazo: 21/09/2026
Comissão: Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final?
Status do parecer: Em aberto

Observações da solicitação: Projeto em Regime de Urgência por solicitação do prefeito.